

DESCOBRINDO + SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)

DISCOVERING MORE ABOUT THE CHILD AND ADOLESCENT STATUTE (ECA)

Lindaura Cristina Mendes dos Reis¹

Ana Paula Souza Baganha²

Resumo: Trata-se de um relato de experiência sobre uma ação desenvolvida com um grupo de crianças e adolescentes do 7º ano do ensino fundamental da escola Cívico-Militar Maria dos Reis Alves Barros, localizada no setor taquari. O objetivo do trabalho foi a divulgação e conscientização dos direitos da criança e adolescentes. A ação foi realizada no primeiro semestre de 2023, buscando alinhar a universidade e a comunidade com os anseios dos estudantes. Com base na ação foi elaborado uma avaliação sobre o conteúdo abordado para ações futuras. A experiência permitiu conhecer as particularidades e sua dimensão para a compreensão dos futuros profissionais em serviço social.

Palavras-chave: Crianças. Adolescentes. Direito. Ação. Serviço Social.

Abstract: This is an experience report about an action developed with a group of children and adolescents in the 7th year of elementary school at the Maria dos Reis Alves Barros Civic-Military school, located in the Taquari sector. The objective of the work was to disseminate and raise awareness of the rights of children and adolescents. The action was carried out in the first semester of 2023, seeking to align the university and the community with the students' desires. Based on the action, an assessment was prepared on the content covered for future actions. The experience allowed us to understand the particularities and their dimension for the understanding of future professionals in social work.

Keywords: Children. Teenagers. Right. Action. Social service.

1 Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), Palmas, Tocantins, Brasil E-mail. lindauracristina@unitins.br; Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4086797516816031>; ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-4920-6037>.

2 Mestra em Serviço Social pela PUC-GO e professora do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), Palmas, Tocantins, Brasil. E-mail: ana.sb@unitins.br; Lattes:<http://lattes.cnpq.br/6404451471880280>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9206-0144>.

Introdução

O curso de serviço social de acordo com a Resolução Nº 7 de Dezembro de 2018 da curricularização da extensão, torna obrigatória na grade curricular. Com objetivo de “ampliar o diálogo entre a Universidade e a sociedade, visando à expansão e à democratização do conhecimento”, o programa de extensão em serviço social e sociedade da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) apresenta uma proposta de ação socioeducativa, articulando-se com a rede pública estadual de educação básica, buscando “desenvolver ações que gerem impactos e promovam mudanças, visando à superação das desigualdades e a exclusão social”.

Os critérios para a escolha foram devido à pesquisa “Análise situacional dos Direitos da Criança e do Adolescente” feita pelo Centro de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente -CEDECA Glória de Ivone, que divulgou dados sobre o alto índice de violência sexual contra criança e adolescente. A Escola Estadual Cívico-Militar Maria dos Reis Alves Barros atende alunos no período diurno nas modalidades do ensino fundamental e ensino médio.

O tema proposto aos alunos do 7º ano foi “Descobrimo + sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)” por meio de uma palestra visou identificar o que é uma violação de direitos e como agir para buscar de maneira segura o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), o qual é composto por entidades operacionais que interagem entre si atuando em três eixos: Defesa, promoção de direitos e controle social, consolidadas pelas políticas públicas de justiça, assistência social, saúde, educação, sociedade civil, dentre outros.

O direito é importante ao ser humano em qualquer fase da vida, tendo em vista que culturalmente, e por longas décadas não havia diferenças entre adultos e crianças. Época de vulnerabilidades e privações de afetos e cuidados necessários para o amplo desenvolvimento, sendo marcados por uma série de vulnerabilidade, inclusive morte prematura.

Em consonância com atualidade e com análise situacional do CEDECA, vale destacar que o século XXI ainda apresenta alguns resquícios do passado; seja na educação, nas relações familiares ou nas demais políticas públicas, demonstrando mínima participação destes em suas próprias políticas públicas, que consolide o seu amplo desenvolvimento.

Nesse sentido, a ação extensionista em serviço social buscou identificar no espaço escolar o universo de fatores de vulnerabilidade social, com respostas compreensivas e seguras aos problemas e questionamentos. Baseados nos estudos em sala de aula, por meio de análises bibliográficos e documentais sobre a infância no Brasil e no mundo, assim como as leis atuais sobre direitos e deveres das crianças e adolescentes.

Metodologia

A ação educativa ocorreu na segunda-feira no período vespertino, os autores fizeram mediação na Escola Cívico-Militar Maria dos Reis Alves Barros, no dia 17/04/2023 a partir das 14:00 horas com o público alvo, alunos do 7º ano do ensino fundamental com idade de 13 a 14 anos, à partir do estudo da disciplina:

Concepções Históricas da Infância e Adolescência.

A abordagem se caracterizou pela metodologia participativa, que exige no processo educativo a interação dos participantes diante da ação reflexiva, conduzindo-a à efetivação e ao recíproco conhecimento sobre os direitos da criança e do adolescente. Em uma abordagem qualitativa, partiu-se do princípio sobre os direitos e responsabilidades dos estudantes, pois muitos não tinham conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, como instrumento que esclarece todas as responsabilidades do Estado, família e sociedade que tem o dever de proteger toda e qualquer criança e adolescente. Essa metodologia proporcionou aos estudantes conhecimento sobre direitos, respeito, responsabilidade, compromisso e dignidade humana, assim como a identificação de suas próprias demandas que enfrentam diariamente.

Então no primeiro momento passou-se um vídeo explicativo sobre o ECA, em uma linguagem acessível, posteriormente realizou-se a palestra de acordo com os artigos e incisos que menciona os direitos e deveres da criança e do adolescente. Compartilhando com os alunos material educativo no formato de Gibis ilustrativos com personagem da turma da Mônica fornecendo visibilidade aos direitos e deveres de forma lúdica, que cabe a eles, com a participação do Estado, da família e da sociedade em geral.

Resultados e discussão da ação

O presente relato apresenta apenas resultados pontuais que viabilizaram a interação entre Universidade e comunidade educacional possibilitando o ensino a pesquisa e a extensão em uma prática dialogada entre os representantes da universidade e as crianças e adolescentes. Pode-se destacar a aproximação entre a Escola Estadual Cívico-Militar Maria dos Reis Alves Barros e a Universidade Estadual do Tocantins, com a atividade interdisciplinar, objetivando principalmente uma vivência extensionista e reflexões críticas acerca do tema abordado.

A ação teve quatro momentos um vídeo explicando sobre o direito e deveres da criança e do adolescente disponível no Blog espaço educar no youtube, explicação sobre o ECA, distribuição de Gibis e finalizando com o formulário de avaliação com algumas perguntas.

Tabela 1. Análise das avaliações da ação

Como avaliam palestra?	Muito bom 21%	Bem apresentada 16%	Interessante 15%																	
Percepção sobre o tema?	Bom 40%		Gostei 12%	Bem informativo 5%			L	E	L	E	L	E	L	E	L	E				
Como avalia seu conhecimento?	Maior ou menos 20%	Bom e legal 25%	Médio 10%	Média (MPa)	1,39**	4,28**	1,86**	4,29**	2,20**	3,83**	2,46**	3,44**								

O que achou do dia?	Boa, legal e incrível 40%	Não responderam 5%	Agradece-ram o com- pa- reci- men- to 16%	CV (%)	54	57	55	54	46	49	48	43
---------------------	---------------------------	--------------------	---	--------	----	----	----	----	----	----	----	----

** :valores significativos para o nível de significância de 1% pelo teste de Tukey; L – linhas; E – entrelinhas.

Fonte: Elaborado pelos autores.

As respostas potencializaram aceitação, conhecimento, informação e curiosidade por mais temas, e sugestão como: “violência contra criança e adolescentes”, “Bullying”, “Como se cuidar” e “falar mais sobre coisas importantes”. Isso nos reflete com os pensamentos da autora no processo de formação e extensão universitária:

“Se as demandas com as quais trabalhamos são totalidades saturadas de determinações (econômicas, políticas, culturais, ideológicas), então elas exigem mais do que ações imediatas, instrumentais, mecanizadas. Elas implicam intervenções que emanem de escolhas, que passem pelos condutos da razão crítica e da vontade dos sujeitos, que se inscrevam no campo dos valores éticos e políticos. Mais ainda, ações que estejam articuladas a projetos profissionais aos quais subjazem referenciais teórico-metodológicos e princípios ético-políticos” (Faceira, 2013, p 5).

O reconhecimento da realidade levou os adolescentes a sugestão de outros temas futuros para os projetos e ações na comunidade, buscando aos acadêmicos que estavam na ação conhecimento científico e crítico não desvinculando dos fundamentos teóricos e éticos do/da assistente social, em conformidade com o Código de ética inclusive na atuação multiprofissional.

Conclusão

O programa de extensão em serviço social e sociedade tem uma interação colaborativa, considerando como tema Descobrir + sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) o que possibilitou ações e aproximações entre alunos e os envolvidos na ação, como também, embasou conhecimentos adquiridos na Universidade sobre o processo histórico da criança e do adolescente. Disponibilizou-se avaliação sobre a ação, identificando por meio de perguntas e respostas, formuladas em questionário abordando os direitos, deveres estabelecidos no ECA e sugestões para temáticas futuras.

O objetivo da ação foi alcançado após os estudantes responder o questionário sobre o tema elevar seus direitos, além de poder disseminar as informações através dos gibis que foi entregue em sala. Através do Estatuto da Criança e do Adolescente, no Brasil, independentemente de raça, cor ou classe social, as crianças e jovens passaram a ser reconhecidos como indivíduos com direitos, sendo vistos como seres em desenvolvimento e com prioridade absoluta, tanto nas políticas públicas quanto na distribuição de recursos destinados a eles.

É fundamental enfatizar a relevância do Estatuto da Criança e do Adolescente no contexto escolar, uma vez que permitiu aos estudantes e docentes do estabelecimento de ensino compreender não apenas seus direitos. Mas também suas responsabilidades. Suas incumbências vão além da prevenção, envolvendo também a intervenção para assegurar o cumprimento da legislação vigente.

Essa ação possibilitou educação de qualidade: defende a educação inclusiva, equitativa e de

qualidade, promovendo oportunidades de aprendizado e conhecimento sobre direitos e deveres ao longo da vida, assim como a prevenção e o cuidado com o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente.

Contudo é de suma importância acadêmica ao trabalhar com o público interpassa as relações, convivência e experiências vivenciada fomentando ainda mais o processo da carreira profissional do Serviço Social baseado nas relações sociais e sua criticidade ao abordar temas como o direito da criança e adolescentes.

Referências

BRASIL. **Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990.** Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

CEDECA, Glória de Ivone. **Análise situacional dos direitos da criança e do adolescente (ASDCA).** 27 de março de 2023. Slides. Disponível em: <<http://www.cedecato.org.br/site/images/publicacoes/pdf/asdca-1compressed1.pdf>>. Acesso em: 01 de maio de 2023.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONANDA). Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Resolução nº 113 de 19 de abril de 2006.**

Educar. Espaço. **Direito e deveres das crianças.** Disponível no link https://youtu.be/JsiFL9WPkcs?si=qXAWIKpA_uJoXJZG acessado em 17 de abril de 2023.

Referência: FACEIRA, Lobelia da Silva. O Processo de Formação Profissional em Serviço Social e a Extensão Universitária: Avanços E Desafios. **Revista Raízes e Rumos**, Rio De Janeiro, v. 1, n. 1, p. 44 – 98, jun.2013.

FACEIRA, Lobelia da Silva. **Resolução nº. 113, de 19 de abril de 2006.** Dispõe sobre os parâmetros para institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília: SEDH/CONANDA, 2006.

FACEIRA, Lobelia da Silva. **O SÉCULO PERDIDO: Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil.** 2.ed. rev. São Paulo: Cortez, 2008

SANTANA, July Anna Santos E. **Curso de Serviço Social Discute o ECA em Escola da Capital.** UNITINS, 2023. Disponível em: <https://www.unitins.br/nPortal/portal/noticias/detalhes/4851-2023-4-17-cursode-servico-social-discute-o-eca-em-escola-da-capital>. Acesso 25 em maio de 2023.

PRIORE. Mary del. **História das crianças no Brasil.** São Paulo. Contexto 1997.

Recebido em 15 de agosto de 2024

Aceito em 20 de setembro de 2024